

CAROLINA REIS JATOBÁ

O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E AS ATIVIDADES PÚBLICAS

Regime jurídico doméstico e contribuições
da OCDE e OMC na regulação
e contratação administrativas

editora
DelRey

FORUM

CAROLINA REIS JATOBÁ

O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E AS ATIVIDADES PÚBLICAS

REGIME JURÍDICO DOMÉSTICO E CONTRIBUIÇÕES DA OCDE E OMC NA REGULAÇÃO E CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVAS

O investimento estrangeiro é tema imprescindível das economias contemporâneas, sejam elas de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Para países em desenvolvimento, no entanto, além da influência dos fluxos financeiros internacionais em suas cadeias de valor, a participação de recursos financeiros externos no campo da economia, antes apenas reservado ao Estado, auxilia na execução de políticas públicas e metas de desenvolvimento. O tratamento jurídico do tema, principalmente diante da redação original da Constituição de 1988, alterou-se sobremaneira diante do neoliberalismo. Com esse cenário, a obra aborda as alterações nas concepções jurídicas, bem como o posicionamento da legislação brasileira diante de orientações da OCDE e OMC.

Diante dos acenos do Brasil para integrar, como membro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a intenção de adesão do Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC), a obra apresenta-se em momento oportuno para revisitar o panorama legislativo nacional, a fim de aferir a compatibilidade com os padrões regulatórios das principais organizações internacionais que tratam de temáticas econômicas. Além de tratar do regime jurídico atual dos investimentos estrangeiros no ordenamento jurídico doméstico do ponto de vista da regulação e contratação pública, a obra confirma a aderência e compatibilidade legislativa aos instrumentos internacionais, indicando sugestões para melhoria.

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
ECONOMIA. DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO ECONÔMICO.

Público-alvo/consumidores
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO. LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3213

J39i Jatobá, Carolina Reis

O investimento estrangeiro e as atividades públicas: regime jurídico doméstico e contribuições da OCDE e OMC na regulação e contratação administrativas / Carolina Reis Jatobá. Belo Horizonte: Fórum; Del Rey, 2024.

267p. 14,5x21,5 cm
ISBN 978-65-5518-629-1

1. Investimento estrangeiro. 2. Legislação brasileira. 3. Desenvolvimento econômico. I. Título.

CDD: 341
CDU: 341

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JATOBÁ, Carolina Reis. *O investimento estrangeiro e as atividades públicas: regime jurídico doméstico e contribuições da OCDE e OMC na regulação e contratação administrativas*. Belo Horizonte: Fórum; Del Rey, 2024. 267p. ISBN 978-65-5518-629-1.

Carolina Reis Jatobá

Professora. Doutora em Direito pela PUC-SP. Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília. Consultora jurídica da Caixa Econômica Federal, instituição financeira que conduz políticas públicas relacionadas à infraestrutura e ao desenvolvimento e onde a autora também foi superintendente nacional de compras públicas. Suas credenciais acadêmicas e profissionais a qualificam como especialista em Brasília/DF, onde mantém escritório de advocacia privado.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Jacinto Arruda Câmara	15

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

PARTE I

PRESSUPOSTOS DA TEMÁTICA DOS INVESTIMENTOS

CAPÍTULO 1

OS DESAFIOS DA TEMÁTICA DE INVESTIMENTOS.....	33
---	----

1.1 Desafios semânticos: contribuições interdisciplinares da linguagem comum.....	33
1.1.1 A variabilidade do conceito de investimento e a contribuição da microeconomia	47
1.1.2 A variabilidade do conceito de investimento e os aportes da macroeconomia	52
1.2 Desafios normativos: multiplicidade de planos jurídicos	56
1.2.1 Afastamento pontual do princípio da territorialidade por acionamento de instrumentos convencionais ou aplicação de fontes do Direito Internacional Público	58
1.3 Afastamento do princípio da territorialidade pela internacionalização do Direito	63

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES ENTRE INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO EM ATIVIDADES PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO PARA A FORMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	65
--	----

2.1 Principais diferenças entre investimento público e privado.....	65
2.1.1 Critério do retorno: social ou financeiro?	66
2.1.2 Critério do planejamento imperativo e indicativo	70
2.2 Os constantes movimentos pendulares: historiografia jurídica brasileira dos investimentos estrangeiros iniciais em atividades públicas, o capitalismo de Estado à brasileira e novas perspectivas do Estado Regulador.....	76
2.2.1 Capitalismo tardio: historiografia jurídica brasileira dos investimentos estrangeiros iniciais.....	77
2.2.2 Capitalismo de Estado à brasileira e novas perspectivas do Estado Regulador.....	83

PARTE II

A PERSPECTIVA DOMÉSTICA DA REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS: A FIXAÇÃO DO REGIME JURÍDICO NACIONAL

CAPÍTULO 3

ORDEM CONSTITUCIONAL E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS	95
---	----

3.1 Relações entre economia e direito na Ordem Econômica Constitucional: a intervenção e atuação do Estado na economia como parte das diretrizes de política econômica.....	97
3.2 Constituição Brasileira de 1988 e a incompatibilidade de um modelo econômico predeterminado.....	106
3.3 A compatibilidade das Emendas Constitucionais da Constituição de 1988 sobre acesso ao capital estrangeiro	120

CAPÍTULO 4	
REGULAMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NA ABORDAGEM NACIONAL127	
4.1	Natureza patrimonial do investimento estrangeiro e condicionantes da administração ordenadora135
4.2	Anacronia da Lei nº 4.131/62 diante do desenvolvimento da infraestrutura brasileira142
4.3	Contribuições acerca da natureza jurídica de investimentos estrangeiros como concessões (natureza contratual x natureza patrimonial).....147
4.3.1	Investimento estrangeiro em infraestrutura e atividades públicas objeto de concessão151
4.3.2	Investimento estrangeiro, financiamentos e <i>project finance</i>153
4.4	Contribuições dos tratados internacionais sobre natureza jurídica dos investimentos estrangeiros aplicados em atividades públicas.....158

CAPÍTULO 5	
REGULAÇÃO NACIONAL: RESTRIÇÕES CONSTITUCIONAIS AO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO161	
5.1	Monopólio da União sobre pesquisa lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.....167
5.2	Serviço postal167
5.3	Setor de assistência à saúde169
5.4	Pesquisa e lavra de recursos minerais171
5.5	Exploração de petróleo178
5.6	Participação estrangeira em empresa jornalística, radiodifusão, som e imagem180

PARTE III

A PERSPECTIVA INTERNACIONAL DA REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

CAPÍTULO 6	
REGULAÇÃO INTERNACIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA OCDE.....185	
6.1	Modo de funcionamento e estrutura da OCDE: regulação cooperativa em níveis de governança envolvendo Estados, Governos e Administração.....188
6.2	Instrumentos normativos da OCDE e orientações sobre investimentos estrangeiros e atividades públicas193
6.3	Impactos da adesão de instrumentos legais da OCDE sobre investimentos estrangeiros pelo Brasil201
6.3.1	Códigos de Liberação de Capitais (Decision of the Council adopting the Code of Liberalisation of Capital Movements e Decision of the Council adopting the Code of Liberalisation of Current Invisible Operation)203
6.3.2	Política de Investimentos (Recommendation of the Council on the Policy Framework for Investment)209
6.3.3	Diretrizes para Políticas de Investimento em Relação à Segurança Nacional (Recommendation of the Council on Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security)220
6.3.4	Recomendação sobre a Definição de Referência da OCDE de Investimento Estrangeiro Direto (Recommendation of the Council on the OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment).....220
6.3.5	Recomendação sobre Princípios de Governança Pública em Parcerias Público-Privadas (Recommendation on Principles for Public Governance of Public-Private Partnerships)223

CAPÍTULO 7	
OS IMPACTOS DA ADESÃO AO ACORDO DE COMPRAS PÚBLICAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO NO REGIME LICITATÓRIO BRASILEIRO227	
7.1	A formalização de acordos internacionais de compras públicas e as premissas gerais da adesão ao Acordo de Compras da Organização Mundial do Comércio.....228
7.2	A compatibilidade do Acordo de Compras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a legislação nacional235
7.2.1	Fixação do conceito de licitação internacional e impactos no GPA .236
7.2.2	Desnecessidade de representação no Brasil e desdobramentos240
7.3	Publicação e uso dos meios eletrônicos243
7.4	Das condições de participação.....244
7.4.1	Tratamento das propostas e adjudicação dos contratos246
CONCLUSÃO.....247	
REFERÊNCIAS.....251	